

PREFEITO: GUILHERME MULATO
VICE: ARCÂNGELA LIMA
PARTIDO NOVO

PLANO DE GOVERNO
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR



NOVO

2024

Mensagem de esperança ao Povo de São José de Ribamar

O partido NOVO30 tem entre suas principais missões, acabar com os obstáculos que a velha política cria para que o cidadão comum seja refém de práticas ultrapassadas e abusivas, deixando de crescer e escolher os seus próprios caminhos. Com a convicção de quem defende a liberdade com responsabilidade e eficiência, pensando em uma cidade a curto, médio e longo prazo, temos o melhor conjunto de propostas para que São José de Ribamar possa se modernizar, e deixar que as pessoas evoluam.

Muito diferente da velha política, às vezes fantasiada de jovem político também, o NOVO não apresentará um plano de governo feito e pensado em São Luís, por quem não vive nossa cidade, como aconteceu por décadas, mas sim, um conjunto de ideias, extraídos após receber mais de mil participações enviadas por ribamarenses de mais de 100 bairros, na nossa plataforma digital, o que permitiu obter um cenário real dos problemas atuais, e após dezenas de reuniões com profissionais ribamarenses dos mais diversos segmentos, apresentar o que há de melhor para que a cidade possa modernizar para mudar, e assim, mudar para avançar.

Chegou a hora de dar um basta na velha política, nos velhos candidatos, nas velhas promessas, nas velhas práticas e principalmente, naqueles que já tiveram oportunidade, na Prefeitura e na Câmara, e deram errado. Ribamar precisa modernizar para mudar. Mudar para avançar. Chegou a vez do NOVO, e agora é a vez do povo.

Fim dos privilégios, como locação de carros de luxo para políticos e funcionários do alto escalão, é mais do que uma medida necessária e urgente, é a certeza que recursos públicos serão investidos para melhorar a vida das pessoas comuns, e não de políticos.

Desburocratização do serviço público, como a criação de aplicativos para acessos a serviços obrigatórios, como emissão de alvarás, marcações de consultas, exames, cirurgias e até vagas em escolas, é a certeza de que acabaremos com o loteamento de serviços nas mãos de vereadores e políticos, garantindo facilidade e comodidade para quem busca os serviços oferecidos pela Prefeitura.

Apresentamos, o que juntos, classificamos como o melhor conjunto de ideias para um novo jeito de fazer política, onde o cidadão comum é nossa maior autoridade.

São José de Ribamar, agosto de 2024

Guilherme Mulato

- 1. Fundamentos do Plano de Governo;**
- 2. Segurança Pública;**
- 3. Habitação e Planejamento Urbano;**
- 4. Geração de Emprego e Competitividade;**
- 5. Mobilidade;**
- 6. Infraestrutura e Saneamento;**
- 7. Gestão Pública;**
- 8. Finanças Públicas;**
- 9. Assistência Social;**
- 10. Educação;**
- 11. Saúde;**
- 12. Esporte, Cultura e Turismo;**
- 13. Fiscalização, Transparência e Combate a Corrupção.**
- 14. Causa animal**

1. FUNDAMENTOS DO PLANO DE GOVERNO

O Partido Novo nasce da insatisfação de grande parte da sociedade brasileira com o modo como a política é exercida em favor dos políticos e não dos cidadãos. A defesa da liberdade é o valor que fundamenta e norteia nosso propósito. Somos guiados, portanto, pelos seguintes princípios para que a cidade São José de Ribamar seja mais justa, livre e próspera.

- Liberdade individual e respeito ao próximo

Uma sociedade diversa como a do Brasil só pode viver em harmonia se os cidadãos tiverem o direito de conduzir sua vida e buscar a felicidade à sua maneira. Acreditamos na essência da liberdade individual em todas as dimensões, considerando o indivíduo responsável por suas escolhas. A liberdade é indissociável da responsabilidade de agir com integridade e respeito às leis, preservando a harmonia e a convivência pacífica.

- Livre mercado e direito à propriedade

Defendemos o livre mercado e o respeito à propriedade privada, com mínima intervenção do Município na economia, facilitando a vida de quem trabalha e produz e estimulando o empreendedorismo, a inovação, a livre concorrência e a prosperidade em São José de Ribamar. A livre iniciativa é o verdadeiro agente de mudança, o caminho para a humanidade resolver problemas, satisfazer seus desejos e realizar todo o seu potencial.

- Império da lei e democracia

Temos compromisso com o Estado Democrático de Direito, garantindo que todos sejam iguais perante a lei, independentemente de sua origem, cargo, posição social ou poder econômico, assegurando justiça e confiança para os Ribamarenses.

- Município enxuto, eficiente e a serviço das pessoas

Os brasileiros não aguentam mais carregar em seus ombros um Estado inchado e ineficiente. É preciso reduzir a máquina pública e promover um intenso corte de gastos no Município,

para que o Município possa focar no essencial: saúde, educação e segurança. Para que o Município possa estar sempre a serviço da população, e não se perpetuando como um fim em si mesmo.

- Combate à corrupção e aos privilégios

Defendemos o corte radical de regalias e mordomias concedidas a políticos, funcionários públicos, grupos de pressão e empresas com conexões com o poder, assim como a implementação de mecanismos de integridade, máxima transparência e profissionalismo na gestão pública. As ações do Município devem beneficiar todos e não somente àqueles que dominam o poder.

- Oportunidades ao alcance de todos

A promoção de oportunidades é fundamental para uma cidadania plena, indo além da mera ausência de restrições estatais. Garantir acesso a direitos básicos, como educação, saúde e segurança, permite aos indivíduos exercerem sua liberdade de forma completa e legítima uma sociedade meritocrática e dinâmica. Acreditamos que o melhor programa social é o emprego e o aumento de sua oferta se dá com um ambiente de plena segurança econômica e fiscal.

SEGURANÇA PÚBLICA

A cidade de São José de Ribamar, no Maranhão, já esteve em 2015 como a cidade mais violenta do Maranhão. Apesar de não estarmos mais nessa posição, a cidade continua violenta. Infelizmente, é cada vez mais comum a predominância das mortes violentas causadas pelos conflitos armados entre facções criminosas na disputa territorial pelo controle do tráfico de drogas no município. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, entre os meses de janeiro a junho de 2024, já tivemos cerca de 19 homicídios dolosos em Ribamar. Comprovando que a cidade precisa de políticas de segurança mais relevantes e assertivas.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Redução do número de furtos e roubos;
- Redução do número de mortes violentas intencionais;
- Redução do número de mortes violentas por causa indeterminada;
- Redução da ocorrência de crimes de violência sexual;
- Redução da ocorrência de crimes de violência física;
- Redução do número de danos e mortes causados por acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Produzir e monitorar dados claros e precisos de incidência de crimes, permitindo a focalização e a territorialização das ações de prevenção e combate, especialmente nas regiões mais críticas.

PROPOSTAS:

- Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público;
- Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal;
- Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança;
- Aprimorar os canais de denúncia.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

2) Construir um plano intersetorial de prevenção e combate ao crime, coordenando planos de ação junto às forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.

PROPOSTAS:

- Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança;
- Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime;
- Ampliar a rede de videomonitoramento baseado nos dados e pontos com maiores índices de violência.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

3) Aumentar a efetividade da gestão municipal na promoção de segurança, inclusive da Guarda Municipal, onde esta já existir.

PROPOSTAS:

- Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança;
- Instalar um Centro de Controle Operacional para coordenar as ações, reunir e analisar informações, e alinhar políticas públicas de segurança com forças de segurança e os serviços de emergência;
- Autorizar o corpo existente da Guarda Municipal a fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de serem produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

4) Implementar práticas preventivas e reativas de Defesa Civil, criando sistemas, planos e intervenções que protejam vidas.

PROPOSTAS:

- Mapear áreas em risco de alagamento, desabamentos de morros e encostas, e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas;
- Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como estabilização de encostas, manutenção e expansão do sistema de drenagem;

Habitação e Planejamento Urbano

Em 2023 o Maranhão ocupava o primeiro lugar em habitação precária no Brasil, segundo a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. O déficit habitacional relativo do Maranhão é o mais alto do país, com 38,1% (570.606 unidades). São cerca de 158 mil famílias vivendo em condições sub-humanas, só na grande ilha, são áreas com baixa insalubridade, alagadiças de inundação, ou áreas onde as estruturas proibiram novas construções. São os lugares onde se assentam as moradias precárias, onde ficam os recém-chegados nas cidades, mantendo a diferenciação inclusive dentro do imóvel. No município de São José de Ribamar esses números são refletidos nas péssimas condições de milhares de moradias dos ribamarenses.

Para combater o desafio da insegurança habitacional presente em São José de Ribamar, é essencial restaurar o direito de propriedade privada na cidade. Isso começa pela regularização de terras, o que tenderá a beneficiar mais as camadas mais pobres ao lhes dar propriedade formalizada, que pode ser comercializada livremente e por um valor mais alto que o da terra irregular. Além disso, o imóvel regular serve de lastro para crédito, o que lhe confere liquidez e segurança jurídica para transações a prazo.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o déficit imobiliário da cidade;
- Reduzir o percentual de imóveis irregulares;
- Aumentar a densidade habitacional nos bairros residenciais centrais;
- Reduzir o tempo médio para a autorização de obras e aprovação de projetos.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.

PROPOSTAS:

- Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município.

PROPOSTAS:

- Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos;
- Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos;
- Sobre a lei de zoneamento urbano vigente, revisá-las a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.

PROPOSTAS:

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade;
- Implementar o Aluguel Social, um subsídio de aluguel para auxiliar pessoas de baixa renda e populações vulneráveis a poderem locar imóveis de acordo com suas necessidades.
- Implementação do programa Construindo Sonhos, que garantirá a construção de casas populares por famílias de baixa renda que vivam em casas de taipa ou palafitas.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

4) Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais.

PROPOSTAS:

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas;
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

5) Revitalizar centros ou áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade.

PROPOSTAS:

- Propor legislação de retrofit ou requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados;
- Revitalizar centros urbanos.
- Implementar ações de zeladoria, patrulhamento e projetos de revitalização urbanística, com a possibilidade de uso da Operação Urbana Consorciada.

Geração de Emprego e Competitividade

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de São José De Ribamar em 2022 foi 21,460, o que representa uma variação de 27.7% em relação ao ano anterior. A remuneração média do trabalhador no ano de 2022 foi de R\$ 2579,32, e o número de estabelecimentos cadastrados foi 6,094, o que representa uma variação de 162% em relação ao ano anterior.

Na cidade de São José de Ribamar, os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores em 2022 foram Comércio Varejista (4,741), Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (4,732), e Construção de Edifícios (1,823).

No ano de 2022, 39.7% dos trabalhadores eram mulheres, com uma remuneração média por pessoa de R\$ 2840,05; 60.3% correspondiam a homens com remuneração média de R\$ 2407,38.

De acordo com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB), do total de estabelecimentos com registro até 2024, 9.45% correspondem a outros (1,137 estabelecimentos), 57% correspondem a Microempresário Individual (MEI) (6,851 estabelecimentos), 29.4% correspondem a Microempresa (ME) (3,535 estabelecimentos), e 4.19% correspondem a Empresa de Pequeno Porte (EPP) (504 estabelecimentos).

O melhor programa social que existe é o emprego. Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens têm ainda mais dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes.

A renda média do brasileiro encerrou 2022 em R\$ 2.533,00 mensais, 2,6% abaixo do que era em 2012 ¹¹. Não registramos praticamente nenhum progresso em uma década. Segundo os dados da PNAD contínua, em 2019, 90% da população tinha uma renda inferior a R\$ 3.500,00 mensais. E nas últimas quatro décadas, a produtividade de hora trabalhada no Brasil cresceu apenas 0,6% ao ano.

Parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país. São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

Especialmente nas zonas rurais de São José de Ribamar, também é preciso observar a importância da agropecuária para a geração de empregos e a ampliação da competitividade. Em 2022, a cadeia produtiva do agronegócio, na qual o Brasil é referência mundial no desenvolvimento de tecnologia, representou cerca de 25% do PIB nacional. Trata-se de um setor de muita relevância na economia do país. E em nosso município esse setor terá atenção especial.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar o desempenho em índices de competitividade;
- Aumentar o PIB per capita do município;
- Reduzir o tempo médio para abertura de empresa;
- Aumentar o número de empregos normais;
- Aumentar o número de empresas abertas.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego.

PROPOSTAS:

- Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
- Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
- Aprovar e implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
- Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Fomentar a criação de crédito popular, para que empreendedores individuais possam modernizar e melhorar seus negócios.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.

A ampliação do emprego no município também depende de políticas focadas no contingente de pessoas desempregadas e com disposição para trabalhar. A Prefeitura deve ser a ponte entre o trabalhador capacitado e a vaga de emprego aberta.

PROPOSTAS:

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis;
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município;
- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.
- Redução do ISS para atração de novos empreendedores da Grande Ilha.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.

A recepção de grandes negócios, como indústrias de maior porte e parques industriais, em um município costuma ser motivo de disputa entre os gestores públicos, porque esses empreendimentos geram um grande volume de postos de trabalho direta e indiretamente e elevam a renda e o dinamismo econômico da região. Essas empresas, contudo, tendem a se alojar em cidades com melhor infraestrutura instalada, com disponibilidade de mão de obra qualificada e com regras mais simples e menos burocráticas.

Assim, para que São José de Ribamar receba esses negócios, além de alterar regras que ampliem a competitividade, é preciso atuar como uma representante comercial da cidade. É necessário instalar uma política de atração de investimentos com metas claras, mapeamento dos principais setores econômicos da cidade e se fazer presente em ambientes corporativos para promover e divulgar a cidade e seus avanços institucionais.

PROPOSTAS:

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.
- Pleitear a implantação de Zonas de Processamento de Exportação, que simplificam o processo burocrático e tributário de operar empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

OBJETIVO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

4) Garantir a segurança da propriedade privada e apoiar as operações agropecuárias.

A agropecuária é uma parte fundamental da economia brasileira. Reconhecendo essa realidade, é importante que a esfera municipal atue para incentivar a produtividade nas zonas rurais do município. Isso depende, principalmente, da regularização dos títulos de propriedade rural, o que garante ao produtor meios de defesa de sua propriedade e produção.

PROPOSTAS:

- Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.
- Manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais.

- Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações.
- Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

MOBILIDADE

Os principais problemas de mobilidade no município de São José de Ribamar estão relacionados às demandas dos usuários do transporte público, que saem de zonas periféricas e se dirigem a zonas mais centrais para acessarem seus postos de trabalho, escolas, faculdades, comércios e opções de lazer. É válido ressaltar que grande parte desses deslocamentos ocorre porque a localização dos serviços não acompanha as demandas da população e, quase sempre, estão concentrados em áreas tradicionalmente mais centrais. Os bairros periféricos enfrentam um crescimento urbano espraiado e a quantidade de equipamentos urbanos não acompanha esse crescimento.

O elevado tempo de deslocamento via transporte público reduz a sua qualidade e obriga grande parte da população a adquirir e se locomover por meio de veículo de passeio, fato que resulta em congestionamentos e reduz a mobilidade de todos os usuários das vias, as quais não possuem dimensões e condições adequadas.

Tratar de mobilidade é discutir como reduzir o tempo e aumentar a segurança no deslocamento das pessoas dentro de uma cidade; é sobre como coordenar e otimizar diferentes modais para acelerar esse movimento. Quando as cidades perdem mobilidade, aumentando tempos de deslocamento, o acesso a emprego e educação é limitado, a qualidade de vida de seus moradores cai e a produtividade econômica da cidade é prejudicada.

Por fim, discutir mobilidade também é procurar reduzir a mortalidade relacionada ao trânsito. Segundo estudo do IPEA¹⁸, o trânsito brasileiro registrou um aumento de 13,5% nas mortes entre 2010 e 2019 em comparação com a década anterior, sendo uma necessidade latente a melhoria da segurança viária nas cidades.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o tempo médio de deslocamento casa-trabalho;
- Reduzir a distância das residências ao acesso ao transporte público coletivo;
- Aumentar a extensão da rede de transporte público coletivo;
- Reduzir a mortalidade e a morbidade nos transportes.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Expandir e modernizar o sistema de transporte coletivo por meio de parcerias público-privadas, uso de tecnologia e incentivos para investimentos privados, buscando eficiência e agilidade.

PROPOSTAS:

- Empregar técnicas de mapeamento, incluindo georreferenciamento, para redesenhar, se for o caso, ou aprimorar a expansão da rede de transporte coletivo, integrando linhas alimentadoras e linhas troncais por meio de terminais, gerando maior eficiência;
- Promover a integração dos sistemas de transporte coletivo municipais com os demais municípios e a rede estadual na Região Metropolitana de São Luís;
- Realizar estudos técnicos para viabilizar a criação de linhas municipais.
- Fiscalização dos veículos que fazem o transporte público, garantindo maior segurança aos usuários.

2) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.

PROPOSTAS:

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas, facilitando e apoiando inovações no setor;
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

3) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.

A elevada incidência de acidentes, lesões, óbitos e prejuízos financeiros relacionados ao trânsito evidencia a necessidade de abordagens eficazes para mitigar esses problemas. Sendo assim, é essencial adotar estratégias para promover a segurança no trânsito, aprimorando as habilidades das equipes de gestão de tráfego ou estabelecendo parcerias com institutos especializados. Essencialmente, isso envolve a criação de mapas detalhados dos pontos críticos de acidentes e a implementação de intervenções urbanísticas baseadas em análises técnicas e de risco. Tais ações visam diminuir a ocorrência de acidentes, promovendo um ambiente de trânsito mais seguro.

PROPOSTAS:

- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.
- Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.

- Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, se existir, ou elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.

INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

RAIO – X / SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

COLETA X TRATAMENTO (ATLAS ESGOTOS ANA 2013)

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR possui 26,22% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 2,88% são coletados, mas não é tratado e 70,9% não é tratado nem coletado.

ACESSO

9,24% da população total de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado de Maranhão é 28,31% e, do país, 66,95%.

Fonte: [SNIS 2021](#)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ACESSO

22,29% da população total de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR tem acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado de Maranhão é 55,8% e, do país, 84,2%.

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

COBERTURA

Em SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, 60,99% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Vale reparar na diferença da taxa de cobertura da população urbana, de 100%, frente à população rural, de 49,26%.

Fonte: [SNIS 2021](#)

DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

IMPACTOS SOBRE A POPULAÇÃO

Problemas nos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais podem desencadear impactos diretos sobre a vida da população nas áreas urbanas. 10% dos domicílios de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR estão sujeitos a risco de inundação. Nos últimos cinco anos foram registradas 20 enxurradas, inundações ou alagamentos.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RISCO

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR não possui suas áreas de risco de inundação mapeadas, e não possui sistemas de alerta de riscos hidrológicos.

Fonte: [SNIS 2021](#)

A implantação da infraestrutura necessária à prestação dos serviços públicos é um grande gargalo para o desenvolvimento de São José de Ribamar. Quando avaliamos os entraves para o crescimento, costumeiramente aparecem, buracos, rede de esgoto exposta tomam conta das vias. Além dos entraves ao setor produtivo, os desafios da expansão da infraestrutura são um impeditivo para a população acessar direitos básicos como saneamento, que demanda altos investimentos para a instalação de tubulações, estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários. Além disso, é comum que a pasta de infraestrutura centralize a

gestão e execução das edificações públicas, sendo o repositório de conhecimento de engenharia na Administração Pública.

As obras paradas ou incompletas são um problema crônico no Brasil e representam um grande desperdício de recursos públicos. Hoje, no país, segundo os dados do TCU, são mais de 8,6 mil obras paralisadas somente em relação àquelas que usam recursos federais, o que representa 41% de todas as obras financiadas pela União, em projetos em que já foram investidos mais de R\$8 bilhões. Os setores mais prejudicados são a educação, com 3.580 obras paralisadas, seguida por infraestrutura e mobilidade urbana, com 1.854 projetos parados, e saúde, com 318 obras não concluídas.

Esses atrasos ocorrem principalmente por falhas e mudanças de projeto, demora para obtenção de licenças, problemas de gestão e coordenação, falta de recursos ou atrasos no desembolso de fundos e outros fatores.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o percentual de obras entregues no prazo inicial;
- Ampliar a cobertura do abastecimento de água tratada; reduzir as perdas na distribuição de água; Aumentar a cobertura da coleta e tratamento de esgoto; fiscalizando o cumprimento do contrato com a concessionária responsável pelo serviço, notificando e multando a empresa por descumprimento de contrato.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Melhorar a capacidade técnica dos servidores e da gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais.

A administração municipal de São José de Ribamar, sofre com a falta de capacitação técnica. Com isso, surgem as dificuldades de elaboração de projetos adequados às normas de engenharia e capazes de serem plenamente executados. Outra dificuldade é a elaboração e a aprovação de orçamentos de obras, imprescindíveis para acessar fontes de financiamento, seja com organismos internacionais ou em programas da União.

Nesse sentido, melhorar a capacidade técnica e financeira do setor público por meio de consórcios intermunicipais e capacitar as equipes para buscar recursos de diferentes fontes são estratégias que podem impulsionar o crescimento econômico e social das regiões atendidas.

PROPOSTAS:

- Capacitar a gestão e equipes técnicas para captar recursos públicos por meio de convênios e editais com o estado, emendas parlamentares ou projetos em programas de investimento da União.

2) Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado.

PROPOSTAS:

- Aprovar legislação de Seguro de Obras, exigindo nas licitações que uma seguradora se comprometa contratualmente a finalizar a obra em caso de necessidade.
- Aprovar legislação de Dispute Boards, onde o contrato de uma obra também assinala um corpo de especialistas independentes que delibera sobre disputas que podem ocorrer nas obras, evitando a judicialização.

- Criar ou expandir consórcios com municípios da região para dividir custos na implementação e manutenção de infraestrutura mutuamente benéfica, como sistemas de detecção de tempestades, gestão de águas ou turismo.

3) Melhorar a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços públicos municipais por meio de concessões e da municipalização de alguns ativos públicos.

PROPOSTAS:

- Avaliar a viabilidade e a pertinência de instalar um centro de inteligência de dados no município por meio de concessão.
- Avaliar a viabilidade de modernizar o parque de iluminação pública da cidade como primeiro passo para a implantação de uma cidade inteligente (smart city), integrando diversos serviços públicos com uma malha inteligente (smart grid), por meio de parceria público-privada.
- Realização de estudo de impacto econômico sobre os valores cobrados para a manutenção da Iluminação Pública;
- Criação dos programas de urbanização em bairros e regiões abandonadas pela administração pública;
- Criação do programa de fiscalização para efetivação da Lei de Muros e Calçadas;

4) Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

PROPOSTAS:

Elaborar ou atualizar o plano municipal de saneamento e elaborar, se for concessão regional, o plano metropolitano ou regional de saneamento, buscando atender às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento.

Criação de lei do programa de Calçadas, garantindo segurança aos pedestres e acessibilidade nos bairros urbanizados;

Reconstrução dos corredores de ônibus com vias destruídas ou abandonadas, garantindo vias de qualidade e resultando em veículos do transporte público, novos e modernos;

Criação do programa Pontes do Futuro, que vai acabar com todas as pontes de madeiras, que serão trocadas por pontes de concreto ou canalização e urbanização de córregos.

Programa de arborização da cidade, garantindo o plantio de árvores e plantas ornamentais nos principais pontos da cidade.

Criação de praças modernas, com espaços esportivos e de vivência, garantindo local adequado para que os moradores de cada região, tenham um local de convívio e confraternização, gerando, além de lazer e saúde, geração de renda para empreendedores individuais.

GESTÃO PÚBLICA

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos. No Brasil, porém, as regras que regem a gestão pública não criam esse ambiente de incentivos alinhados à eficiência. Na verdade, os gestores e os servidores públicos se encontram em um ambiente permeado por incertezas e dificuldades.

Quando observamos as regras de gestão de pessoas no governo, é comum que as estruturas de carreiras causem incentivos perversos na conduta dos servidores, como nos casos de atendimento a critérios de progressão e promoção por capacitações com pouca adequação ao trabalho efetivamente desempenhado. Por outro lado, se a disposição para ocupar cargos de liderança e gestão não é premiada, os ganhos salariais são incompatíveis com o acréscimo de responsabilidades e com os riscos assumidos perante os órgãos de controle.

Os ciclos de gestão costumam ser insuficientes para orientar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e as avaliações de desempenho são realizadas de forma protocolar, o que equipara os servidores altamente produtivos e diligentes àqueles que precisam melhorar sua performance. As lideranças públicas não recebem treinamentos para ocupar suas posições e muitos secretários são escolhidos para atender demandas políticas, e não de gestão.

Essas ineficiências têm um impacto profundo na qualidade dos serviços públicos oferecidos, no desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores de carreira e na competitividade e no desenvolvimento econômico e social das cidades.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Reduzir o percentual da despesa com pessoal sobre a receita, garantindo que todos os servidores públicos necessários para o funcionamento do serviço público, estejam em exercício de suas funções;
- Aumentar o número de funcionários qualificados, garantindo melhor atendimento em todas as áreas do serviço público;
- Aumentar o percentual de processos digitalizados, principalmente, através da desburocratização dos serviços, que passarão a ser acessados através de aplicativo;
- Aumentar a satisfação da população com a qualidade dos serviços prestados.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública, valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.

PROPOSTAS:

- Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de reduzir e racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência;
 - Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho;
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados;
- Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções eventualmente existentes com a iniciativa privada;
 - Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.

- Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas;
- Revisar ou criar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação;
- Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades;
- Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura para não apenas reduzir seu número, mas principalmente racionalizar a estrutura, muitas vezes disfuncional e inadequada;
- Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal, divulgando abertamente a folha de pagamentos e os benefícios.

2) Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.

PROPOSTAS:

- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover a contratação de serviços do setor privado sempre que possível, para aumentar a eficiência, reduzir custos e evitar a expansão desnecessária da máquina pública.
- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.

4) Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.

PROPOSTAS:

- Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.
- Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.
- Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.
- Implantação do sistema de cartão de ponto de frequência obrigatório, com reconhecimento facial, garantindo ao cidadão que busca serviços públicos, com consultas, que não seja prejudicado por funcionários que chegam atrasados ou saem mais cedo.

FINANÇAS PÚBLICAS

O funcionamento de todas as políticas públicas municipais depende da saúde financeira da Prefeitura. Quando não há uma boa gestão financeira, o desenvolvimento urbano estagna, os serviços públicos essenciais sofrem com a falta de insumos e os salários dos servidores públicos ficam ameaçados por atrasos. O acúmulo de dívidas cria uma bola de neve, tornando necessário um ajuste fiscal cada vez mais rigoroso.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO?

O município é encarregado de arrecadar impostos municipais, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), além de gerir os fundos recebidos dos governos estadual e federal e as receitas extraordinárias. Essa arrecadação financia serviços como educação, saúde, infraestrutura urbana, segurança e assistência social. Além da arrecadação e alocação de recursos, os municípios têm a responsabilidade de elaborar e executar o orçamento municipal de forma transparente e responsável, garantindo que os gastos públicos sejam feitos de maneira eficiente e em conformidade com as necessidades e prioridades da cidade.

A gestão municipal deve modernizar processos internos e simplificar regras tributárias para reduzir custos desnecessários e agilizar a prestação de serviços à população. Além disso, é fundamental adotar práticas de planejamento financeiro responsável, baseadas em projeções realistas de receita e despesa, a fim de garantir estabilidade fiscal e previsibilidade para o futuro. Nesse sentido, é importante frisar que a implementação de reformas que controlem a expansão de gastos é uma medida inevitável durante qualquer gestão. Por isso, é importante constantemente identificar os pontos de pressão e possíveis dificuldades futuras, a fim de garantir a sustentabilidade das finanças municipais.

Por último, é fundamental que a população saiba a razão pela qual estão sendo cobrados determinados valores e que essas quantias sejam revistas regularmente. A falta de transparência frequentemente resulta em desatualizações do tributo e gera discrepâncias nas cobranças de impostos em propriedades parecidas, quebrando a isonomia.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Melhorar o resultado fiscal, sem aumento da carga tributária**
- **Reduzir o valor do déficit da previdência em relação ao orçamento**
- **Reduzir a dívida bruta nominal e percentual**
- **Melhorar a classificação da capacidade de pagamento (CAPAG)**

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.

2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

PROPOSTAS:

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

PROPOSTAS:

- Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.

4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

PROPOSTAS:

- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.

- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

5) Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.

PROPOSTAS:

- Atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, reduzindo a alíquota geral do IPTU para que não ocorra aumento da carga tributária para a população.
- Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.
- Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social busca proteger os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas cujos direitos básicos foram violados em razão de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, jurídicos e psicossociais. Nas últimas décadas, os municípios brasileiros vêm enfrentando diversos desafios nesse tema. Dados do IBGE apresentados na Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2022/24 apontam que 31,6% da população, equivalente a 67,8 milhões de pessoas, vivem com uma renda mensal de até R\$ 637,00 e 5,9% dos brasileiros, ou 12,7 milhões de pessoas, enfrentam condições de extrema pobreza, vivendo com, no máximo, R\$ 200,00 por mês. Sem os auxílios dos programas sociais, esses números seriam ainda mais altos, com a taxa de pobreza no Brasil alcançando 35,4% da população. Já a extrema pobreza seria 80% maior, afetando 10,6% dos habitantes.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2019 e 2022 o Brasil testemunhou um aumento de 38% na população em situação de rua, totalizando 281.472 pessoas, resultado de uma combinação de fatores, incluindo os impactos das políticas de restrição ao comércio e à circulação de pessoas para o combate à pandemia de Covid-19, o desemprego, a violência e outras variáveis.

Por isso, para um grande contingente de brasileiros, começar por conta própria pode ser uma tarefa extremamente árdua, uma vez que suas famílias estão presas em um ciclo de exclusão social. As políticas públicas mais comuns para abordar esses problemas têm um viés assistencialista, frequentemente oferecendo pagamentos ou fornecendo abrigo e alimentos. Isso resulta em uma considerável parcela da população dependente de apoio governamental, perpetuando a pobreza e criando uma dependência dos programas do governo.

Portanto, repensar a abordagem da assistência social, focando em programas com evidências de resultado, em que os beneficiários conseguiram melhorar a situação econômica e social e sair da vulnerabilidade.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define as responsabilidades dos quatro entes federativos: União, estados, municípios e o Distrito Federal. Por estarem mais próximos da comunidade e possuírem um conhecimento mais aprofundado das realidades locais, as cidades têm a atribuição de identificar, atender e encaminhar as necessidades de populações em risco, incluindo famílias, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e a população LGBTQIA+. Nesse contexto, as unidades de atendimento municipais executam essas responsabilidades a partir de estruturas como CRAS, CREAS, Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e Unidades de Acolhimento.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários. A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

Além disso, a gestão municipal deve priorizar a avaliação constante dos programas em execução, garantindo que eles estejam atingindo os objetivos propostos e contribuindo efetivamente para a emancipação das pessoas vulneráveis. A coleta de indicadores e dados sobre o progresso dos beneficiários é fundamental para orientar a tomada de decisões e ajustar as políticas de assistência social de acordo com as necessidades locais.

No processo de seleção de programas e métodos específicos, recomenda-se escolher aqueles que já foram testados e comprovaram ter resultados na promoção de um futuro mais autônomo e digno dos beneficiários.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Garantir a população dependente de serviços de assistência e benefícios sociais, que superem este período de necessidade de benefícios por meio da conquista de sua autonomia;
- Identificar e reduzir o número de pessoas em situação de rua;
- Reduzir o percentual de famílias na pobreza e extrema pobreza.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas.

PROPOSTAS:

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.

2) Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.

- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.

3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+ e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
- Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais.
- Criação do programa Registro Digno, que garantirá a emissão de primeira e segunda via gratuita do Registro de Nascimento, para cidadão de baixa renda;
- Criação do Cartão Minha Cesta Eu que Escolho, onde famílias de baixa renda, que estejam em situação de insegurança alimentar, poderão, através de cadastro municipal, pleitear acesso ao cartão, e fazendo sua própria cesta, conforme sua necessidade, e por período limitado.

4) Fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias.

PROPOSTAS:

- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.
- Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.

EDUCAÇÃO

Educação de São José de Ribamar

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 86 de 217. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3514 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,4 e para os anos finais, de 4,5. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 11 e 22 de 217. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2921 e 3358 de 5570.

A educação é essencial para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo e, consequentemente, o progresso do país. Apesar da importância da pasta, no entanto, o Estado no Brasil não atinge as expectativas na prestação de um serviço público de qualidade. Problemas como falta de vagas na educação infantil, baixa qualidade do ensino básico e a falta de formação continuada do corpo docente persistem em nosso município.

Em relação à primeira infância, de acordo com estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Brasil possui 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos e, destas, 7 milhões vivem em pobreza. Quando aplicamos esse recorte de renda sobre o acesso à educação infantil, identifica-se que apenas 26% das crianças de famílias pobres frequentam creches.

Avançando para as etapas escolares, reconhece-se que o acesso já foi universalizado, sendo o aprimoramento da aprendizagem o principal desafio. Em 2016 e 2017, menos da metade dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura (45,3%) e Matemática (45,5%)²⁶ no SAEB, e no ciclo de avaliação de 2021, o resultado obtido indicou que o país piorou²⁷. Além disso, um estudo do UNICEF de 2023 indica que a proporção de crianças de 7 anos que não sabem ler nem escrever dobrou

de 20% para 40% entre 2019 e 2022, com um menor desempenho identificado principalmente entre crianças negras e aquelas cuja alfabetização foi impactada pela pandemia.

A realidade nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio não são diferentes: apenas 5% dos alunos que concluem o ensino básico têm conhecimento adequado em matemática, de acordo com os resultados do SAEB.

Este panorama preocupante do aprendizado contribui para o agravamento da evasão escolar, que impacta não só a vida dos alunos que desistem dos estudos, mas também o desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse contexto, a relevância de uma gestão escolar eficiente é inegável, tendo um impacto direto no aprendizado dos alunos. Um bom diretor pode melhorar significativamente o desempenho dos alunos, enquanto um mau diretor pode prejudicá-lo. Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Núcleo Ciência pela Gestão Educacional (NCGE), destaca que elevar o desempenho dos 10% piores diretores à média nacional poderia impactar a renda dos estudantes em R\$ 70 bilhões ao longo de suas vidas.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

A educação básica é subdividida em três etapas principais: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil é destinada a crianças de até 3 anos em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas. O ensino fundamental começa aos 6 anos e se estende por 9 anos, seguidos por 3 anos de ensino médio. De acordo com a Constituição Federal, os municípios são principalmente responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Isso significa que as cidades devem garantir vagas em creches, pré-escolas e

escolas, manter a qualidade do ensino e cuidar para que a infraestrutura dessas instituições esteja em boas condições.

Para abordar o tema, a gestão municipal de São José de Ribamar deve se concentrar em eliminar as filas e garantir a oferta de vagas para toda a demanda do município, com atenção especial às crianças mais vulneráveis. Além disso, é importante aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública, assegurando que eles alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias. Outro ponto crítico é a valorização e o reconhecimento dos docentes e gestores escolares, incentivando a melhoria da aprendizagem e a assiduidade.

Para alcançarmos esses objetivos, pensamos em soluções: otimização a gestão e os recursos educacionais por meio de parcerias com o setor privado e com o terceiro setor.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Melhorar a taxa de atendimento na educação infantil;
- Aumentar a taxa de alfabetização;
- Aumentar a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental;
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Aumentar a nota média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Eliminar as filas da educação infantil, garantindo oferta de vagas para toda a demanda do município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com instituições privadas locais para atender à demanda em creches, implementando uma lei de vales (vouchers) com o objetivo de eliminar as filas de espera.
- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas de vales, com uso do suporte digital que será criado pela gestão.
- Desenvolver e implementar uma política de escolas comunitárias (escolas filantrópicas conveniadas), que atenderá a padrões de estrutura e ensino, além da criação de lei própria, estabelecendo cumprimentos legais, como transparência na prestação de contas, disponível em mural nas escolas, pagamento do piso salarial da categoria, e fiscalização contínua do número de alunos por sala de aula.

2) Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino de SJR, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.

PROPOSTAS:

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas, incluído em programa próprio, com avaliação trimestral por unidade escolar e bonificação para escolas que cumprirem as metas estabelecidas;
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.

- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário, climatização de 100% das unidades da rede municipal e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
- Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.
- Nos estados que possuem programas de municipalização do ensino fundamental, aderir ao projeto, buscando melhorias na qualidade da educação local.
- No transporte escolar, uma das metas, é o fornecimento de bike escolar para alunos matriculados em escolas distante entre 2 e 12 km de suas residências, com difícil acesso do ônibus escolar, ou de rotas longas, facilitando o acesso à Escola;
- Programa de Saúde da Visão, para identificar alunos que deixam de aprender por problemas de visão, garantindo a esses alunos, consultas e óculos gratuito.
- Programa de Combate a Insegurança Alimentar, garantindo café da manhã, lanche e almoço às crianças matriculadas na rede municipal.
- Fardamento entregue sempre antes do início do ano letivo;
- Garantir o ensino de língua estrangeira na rede municipal, através de aulas virtuais, vouche e EAD, sempre usando a tecnologia como recurso para aprendizagem;
- Introdução à Robótica na rede municipal de ensino.

3) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.

PROPOSTAS:

- Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula.
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

4) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional.

PROPOSTAS:

- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.
- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.

5) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.

- Permitir que pais e responsáveis contratem assistentes terapêuticos para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

6) Criação de centros de atendimento especializado em autismo (CAEA)

PROPOSTAS:

- Estabelecer centros especializados para atendimento de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em São José de Ribamar, equipados com profissionais qualificados como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e pedagogos, oferecendo apoio integral aos alunos autistas e suas famílias.
- Construção ou adaptação de unidades educacionais existentes para receber os Centros de Atendimento Especializado em Autismo. Formação contínua de profissionais da educação para capacitá-los a identificar e lidar com o TEA, oferecendo um ensino inclusivo e personalizado.

7) Inclusão de programas de educação inclusiva e capacitação docente.

PROPOSTAS:

- Implementar programas de educação inclusiva nas escolas municipais, focando na adaptação curricular e capacitação dos professores para atender alunos com TEA, garantindo um ambiente escolar acolhedor e adaptado às suas necessidades.
- Revisão e adaptação do currículo escolar para torná-lo mais acessível e inclusivo, com atividades que favoreçam o aprendizado dos alunos com TEA. Capacitação contínua dos professores sobre as particularidades do autismo e estratégias de ensino adaptadas

8) Criação de grupos de apoio psicológico e social para mães de crianças autistas.

PROPOSTAS:

- Fortalecer o suporte psicológico e social para mães e famílias de crianças autistas, integrando atendimento especializado e ações de apoio comunitário.
- Criação de grupos de apoio psicológico para as mães e responsáveis de crianças com autismo, oferecendo sessões regulares com psicólogos e assistentes sociais para o fortalecimento emocional e a troca de experiências.

SAÚDE

A Lei do SUS atribui aos municípios a responsabilidade de garantir a atenção primária da saúde, prestada por meio dos serviços realizados nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, os famosos postos de saúde. Além disso, as cidades têm a função de gerenciar os serviços de saúde secundária e terciária, seja por meio da contratualização de serviços ou da prestação direta, existindo casos em que a prefeitura gerencia a integralidade do sistema de saúde.

O município deve realizar campanhas de vacinação, programas de saúde preventiva, triagem e encaminhamento dos pacientes para os especialistas e distribuição de medicamentos. Por fim, também integra o SUS a vigilância sanitária, responsável por garantir a qualidade dos alimentos e a salubridade de estabelecimentos.

Percebe-se, então, que a atuação do município é essencial para a proteção e melhoria da qualidade de vida da população. Nesse esforço, é crucial que o sistema público municipal esteja alicerçado em quatro pilares fundamentais: acesso, prevenção, diagnóstico preciso e tratamento adequado. A concretização de cada um deles exige uma abordagem integrada entre setor público e privado, focada em gestão eficiente, uso de tecnologia e participação da comunidade.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar o acesso a cuidados básicos de saúde
- Aumentar a cobertura vacinal
- Aumentar a cobertura do atendimento pré-natal
- Reduzir a mortalidade infantil
- Reduzir as mortes por causas preveníveis

- Aumentar a expectativa de vida ao nascer

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.

PROPOSTAS:

- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde, através de APP, que facilitará o acesso a marcação de consultas, exames e até cirurgias;
- Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.
- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.

- Instituir cartão de ponto com reconhecimento facial, para garantir pontualidade dos profissionais;
- Mural público, por unidade de Saúde, para tornar disponível a relação de profissionais que atenderão naquele mês.

2) Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos.

PROPOSTAS:

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em pequenas cidades e regiões isoladas, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.

- Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.
- Criação do Centro de Referência em Transtornos do Espectro Autista;
- Descentralização dos pontos de apoio da SAMU, para garantir mais agilidade nos chamados.

3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.

PROPOSTAS:

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
- Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.

PROPOSTAS:

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.

- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.
- Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

5) Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.

PROPOSTAS:

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
- Ampliar a captação de recursos para saúde por meio dos programas do Governo Federal.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia. Esses elementos são essenciais para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos. Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturados a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia.

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar a cultura e o turismo e apoiar o esporte de base. Isso possibilita investimentos substanciais, enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos. O objetivo é

fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- Aumentar a atração de investimentos privados para o turismo e para eventos esportivos e culturais na cidade;
- Aumentar as vagas de empregos geradas pelo setor privado nos setores de turismo, cultura e esporte no município;
- Reduzir ou eliminar a gestão pública dos equipamentos turísticos, esportivos e culturais no município.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura.

PROPOSTAS:

- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios;
- Conceder os equipamentos esportivos públicos ou a sua construção e operação para elaborar outras parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes;
- Atrair eventos esportivos para a cidade;
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade;
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.

- Criação da copa São José de Ribamar, de modo que contemple a participação de todos os times amadores do município;
- Criação do programa Bolsa Atleta, condicionado ao rendimento escolar para crianças e adolescentes em idade escolar, e para jovens com idade para inicialização profissional da sua categoria;
- Criação do maior programa de requalificação dos campos de futebol espalhados no território ribamarense;
- Criação de espaços de esporte em praças, como quadras de futebol de areia, vôlei, academia ao ar livre, entre outros equipamentos;
- Instalação de academias ao ar-livre em todas as praças, e ampliação de novos espaços para práticas esportivas, como o entorno do Residencial Turiuba.
- Construção do Parque Municipal Ribamarense, com campo, quadra de vôlei e basquete, tênis e piscina olímpica, para práticas esportivas e de lazer.
- Requalificação das Praças da Juventude;
- Criação do calendário esportivo para atração de competições de alto nível;
- Criação do Festival de Verão, com interação entre esporte e cultura;

2) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos e reduzindo a dependência da prefeitura.

PROPOSTAS:

- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.
- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
- Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas.

- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
- Incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.
- Criação do calendário cultural de São José de Ribamar;
- Desburocratizar e facilitar o incentivo ao fomento cultural, através de audiências públicas com os fazedores de cultura e representantes de agremiações culturais, de modo que o calendário de apoio cultural, seja feito de maneira programada, com pagamentos antecipados, e fiscalização dos serviços para comprovar a efetivação dos projetos.
- Criação de programa obrigando a participação de 50% das atrações municipais em eventos de grande porte, dessa forma, eventos com grande público funcionará como uma vitrine de promoção para artistas da terra;
- Resgate do Festival do Peixe Pedra;
- Resgate do Carnabairros;

- Descentralização de eventos oficiais da Prefeitura, contemplando todas as regiões do município.

3) Potencializar o turismo e a valorização da identidade local para ampliar o apelo turístico e elevar a qualidade dos serviços oferecidos na cidade.

PROPOSTAS:

- Estabelecer parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
- Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial.
- Criação de frente fixa de fiscalização nas praias com grande volume de turistas nos finais de semana. Essa frente contará com fiscais da secretaria de meio ambiente, agentes de

limpeza e equipe educativa, de modo que garanta praia adequada ao recebimento de turistas;

- Capacitação dos restaurantes das praias;
- Busca ativa para atração de novos investidores no setores de hotelaria e entretenimento;

FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A sociedade brasileira convive com investigações de esquemas de corrupção na Administração Pública há décadas e nosso país já foi o palco do maior caso de suborno da história, definição dada pelo Departamento de Justiça americano para os esquemas de corrupção revelados pela operação Lava Jato. A corrupção, entretanto, não se limita aos grandes casos que vemos retratados no noticiário. Temos uma corrupção sistêmica, facilitada por um oceano de regras e um sistema legal que facilita a impunidade de agentes públicos e privados de todos os escalões que se envolvem em corrupção.

Uma grande quantidade de recursos é perdida todos os anos, seja em desvios de recursos públicos ou mesmo pela escolha por políticas públicas ruins para a sociedade em geral, mas que beneficiam certos grupos de interesse econômico específico. Empregos e oportunidades são destruídos quando empresas e agentes públicos se unem para obter vantagens ilícitas e proteger seus setores, e o livre mercado é prejudicado pela ausência de concorrência real, má prestação de serviços e o desincentivo à pesquisa e inovação. E acima de tudo, vidas são perdidas quando se deixa de implementar políticas públicas efetivas para desviar recursos.

Um dos fatores que contribuem para essa realidade é a abertura de brechas e oportunidades para os setores público e privado se envolverem em atos corruptos. Além disso, quando pessoas veem casos de corrupção passando impunes, cria-se um ambiente em que indivíduos podem se sentir encorajados a cometer delitos, acreditando que não enfrentarão consequências sérias. Esses pontos, somados à cultura ainda presente do “jeitinho brasileiro” e do “levar vantagem em tudo”, criam uma mentalidade em que práticas corruptas são, muitas vezes, normalizadas.

Assim, para combater a corrupção, é necessário abordar não apenas as falhas institucionais, mas também a cultura e os incentivos que podem levar indivíduos a escolher esse caminho.

COMO PODEMOS CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO

São atribuídos aos municípios diversos deveres de fiscalização, desde a velocidade no trânsito até a vigilância sanitária. Também é de sua responsabilidade autorizar várias atividades, como a emissão de alvarás de funcionamento e algumas licenças ambientais. Além disso, os entes municipais cobram impostos e têm despesas das mais diversas para operar seus sistemas de saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Os municípios, portanto, têm uma estrutura administrativa própria e executam parte do orçamento público nacional desempenhando funções essenciais para os cidadãos. Sendo assim, tratar de fiscalização, transparência e combate à corrupção na esfera municipal é fundamental, iniciando pela mitigação das condutas desviantes dos próprios agentes públicos municipais.

Para isso, o município pode, em primeiro lugar, prevenir a corrupção implementando políticas e práticas que reduzam as oportunidades para tais atos. Isso inclui a adoção de procedimentos administrativos eficientes e transparentes. Ao aumentar a transparência e estabelecer normas claras de conduta, os municípios facilitam a identificação de atos corruptos. Quanto menos obstáculos burocráticos, menos oportunidades de corrupção.

É preciso também avançar nos programas de integridade no setor público, definindo padrões de condutas éticas para os servidores e as empresas que se relacionam com a administração pública. Por fim, é necessário aumentar a eficiência dos sistemas de controle interno dos municípios, apoiando os gestores a tomarem melhores decisões e auditando os gastos públicos, percebendo e sanando irregularidades de forma mais célere.

Desta forma, o município aumenta a sua capacidade de aplicar sanções administrativas a indivíduos que desrespeitam leis e códigos de ética municipais e demonstra o seu comprometimento com o combate à corrupção e à impunidade, promovendo uma gestão pública mais eficaz e digna de confiança.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS METAS QUE DEVEMOS PERSEGUIR

- **Aumentar o nível de transparência e governança pública.**

Medido pela Escala Brasil Transparente, da Controladoria-Geral da União (CGU)³ e pelo Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional – Brasil.

- **Garantir conformidade de prazos e requisitos da Declaração de Contas Anuais (DCA)**

A DCA é um conjunto de tabelas de dados patrimoniais e orçamentários que deve ser preenchida anualmente pelos entes públicos e enviada ao Tesouro Nacional por meio do Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

- **Reduzir a vulnerabilidade do município.**

Medido pela Matriz de Vulnerabilidade da Controladoria Geral da União, que busca identificar potenciais fragilidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados a municípios.

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO 30

1) Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.

PROPOSTAS:

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises

submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.

- Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.

PROPOSTAS:

- Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da implementação de diário oficial eletrônico, da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos,

acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).

- Regular a Lei de Acesso à Informação (LAI), disposta na Lei 12.527/2011, por meio de decreto, que trata da operacionalização da norma federal em âmbito municipal, ou de lei específica, que poderá ir além da legislação federal prevendo a disponibilização de um rol maior de informações e de mecanismos que garantam maior efetividade à transparência governamental.
- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.

3) Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.

PROPOSTAS:

- Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.
- Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.
- Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.

4) Instituir ou aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições, com a possibilidade de contratar auditorias privadas.

PROPOSTAS:

- Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento, tanto da gestão atual como das passadas, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.
- Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

CAUSA ANIMAL

1) Instituir programa de Bem-estar animal, implementando práticas de assistência aos animais abandonados e/ou vítimas de maus tratos, criando planos e intervenções que protejam suas vidas.

PROPOSTAS:

- Criação da Secretaria da Causa Animal, que será inserida dentro da Secretaria de Abastecimento, Agricultura e Pesca.
- Construção do Hospital Municipal Veterinário de São José de Ribamar, com serviços de vacinação, urgência e emergência, centro cirúrgico e programa de castração o ano inteiro;
- Construção do Complexo de Cuidados de Animais, que será um espaço destinado para animais resgatados, com campanha continua para adoção dos animais;
- Programa para distribuição de ração para protetores (pessoa física), ONGs e famílias de baixa renda;

- Dar início ao Programa de Modernização da Cidade, com cadastramento dos trabalhadores com Tração animal, debate sobre a solução para a migração dessas funções para outras áreas profissionais em médio prazo a ser definido em audiências públicas, além da substituição por veículos de tração mecânica e elétrica, através de PPP, e linhas de créditos sem juros, mediados pelo Poder Público.
- Patrulha Animal: Resgate e combate aos maus tratos.